



Rioclarense, uma distribuidora do tamanho do Brasil • www.rioclarense.com.br

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE
VACARIA – ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
D.D. Sr. Ronerson Bueno.

Ref.:

CONCORRÊNCIA N.º 14/2012,

ATA N.º 02/2012.

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 – Jardim América, na cidade de Rio Claro – S.P, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178 / 0001 – 49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.0021, estabelecida à Rua Paulo Costa nº 320 – Galpão 09, 10 e 11, Distrito Industrial – Jd. Piemont Sul, na cidade de Betim – MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.01-02, estabelecida na Rua da Saudade, nº 45-A – Campo da Mogiana, na cidade e comarca de Poços de Caldas – MG, por seu procurador que esta subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com supedâneo na legislação legal, pelas razões de fato e direito a seguir expostos:

Esta Recorrente interessada em fornecer medicamentos para esta Municipalidade, veio a retirar o Edital de Licitação, preparando toda a documentação necessária para sua regular participação no certame.

A Recorrente foi surpreendida com a decisão de Vossa Senhoria, que determinou a Inabilitação da mesma, sem ao menos conceder o prazo recursal, para que a Recorrente apresentasse as explicações devidas sobre as informações apontadas.

Primeiramente gostaríamos de deixar consignado que referida punição não pode ser interpretada de forma extensiva, uma vez que, somente a penalidade Declaração de Inidoneidade pertencente ao artigo 87, inciso IV da referida Lei é capaz de possuir referida abrangência.

Deste forma, informamos que a penalidade aplicada pelo Instituto Nacional do Câncer – INCA/RJ, vindo a publicá-la junto ao Diário Oficial da União que circulou dia 21/05/12 foi questionada via Mandado de Segurança, o qual, tramita perante a 5ª Vara Federal, processo nº 0007779-17.2012.4.02.5101 (2012.51.01.007779-0), onde obtivemos êxito com a concessão da Liminar Judicial.

Segundo brilhante decisão do nobre Magistrado – Dr. Firly Nascimento Filho, o mesmo em data de 14/06/12 veio a Conceder Liminar junto ao Mandado de Segurança, determinado Suspensão da sanção administrativa aplicada a esta Empresa, como também, determinou que a autoridade coatora (INCA) retire o registro da autora dos bancos de dados de controle.

Assim decidiu:

...
Não há prejuízo para qualquer órgão público diante da ausência de fraude ou outro ilícito que venha a comprometer a entrega futura ou

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 587.101.582.112

Rua da Saudade, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piemont Sul • Fone: (31) 3439 4300 • Fax: (31) 3439 4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.669.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330





atual dos medicamentos mas apenas problemas comerciais inerentes à atividade empresarial e que, pelas provas produzidas evidenciam serem pontuais.

Presentes pois o fumus boni iuris e o periculum in mora, pelo deferido medida liminar para suspender a sanção administrativa aplicada à empresa.

Notifique-se a autoridade coatora para retirar o registro da autora dos bancos de controle onde constarem.

...” (grifo nosso)

Referida Liminar fora publicada junto ao Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região em data de 18/06/12 conforme comprovante que ora apresentamos.

Desta forma, referida penalidade aplicada pelo Instituto Nacional do Câncer – INCA encontra-se com seus efeitos suspensos, não havendo qualquer impedimento que desabone esta Empresa em participar do certame realizado pelo Município de Vacaria-RS.

Informamos para os devidos fins de Direito, que a Recorrente não encontra-se penalizada nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei 8666/93 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, assim sendo, as penalidades aplicadas a essa licitante restringem-se tão somente a Administração que aplicou a penalidade, **o interesse particular** das outras licitantes em diminuir o número de participantes no supracitado processo licitatório, não deve se **sobrepôr ao interesse público** que é o de promover a maior competitividade e segurança ao mencionado processo licitatório, nesse sentido informamos que, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) nos concedeu recentemente o Certificado de Boas Práticas de Armazenamento e Distribuição, comprovando a qualidade e segurança perante a prestação de nossos serviços.

Todavia, razão não lhes assiste. O ato punitivo aplicado à Comercial Cirúrgica Rioclarense encontra-se com seus efeitos suspensos, tornando-se esta Recorrente APTA para participar do certame realizado por esta Municipalidade.

Ademais, caso referida penalidade estivesse em plena vigência, teria que ser interpretada somente para o seu respectivo âmbito de atuação, ou seja, Instituto Nacional do Câncer - INCA.

Deste modo, da leitura da norma em comento, pode-se observar que enquanto o inc. III, do art. 87, utiliza a expressão “Administração”, o inc. IV deste mesmo art. 87 utiliza a expressão “Administração Pública”.

Em um primeiro momento, pode-se supor que as expressões “Administração” e “Administração Pública” possuem um mesmo significado. Todavia, é o art. 6º desta mesma Lei Federal nº 8.666/93 que trata de diferenciar estas expressões, definindo seu âmbito de abrangência, vejamos:

“Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 587.101.582.112

Rua da Saudade, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piemont Sul • Fone: (31) 3439 4300 • Fax: (31) 3439 4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.669.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330



XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente; (...)"

Resta claro que a lei pretendeu conferir tratamento diferenciado a abrangência das penalidades previstas no art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, o que corrobora a tese de que a penalidade prevista no inc. III do referido artigo, qual seja, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, aplicada a ora recorrida, deve-se limitar aos âmbitos de atuação dos respectivos entes federativos, e não a toda Administração Pública em geral.

Neste mesmo sentido é o entendimento da jurisprudência dominante do Tribunal de Contas da União:

"4.10.3. A Lei nº 8.666/93, ao tratar das sanções administrativas, menciona duas penalidades que, quando aplicadas, impedem, ou no jargão do SicaF, suspendem o licitante:

'Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.' (sublinhamos)

4.10.4. Ambas impedem o licitante de participar de futuras licitações e de serem contratados. Entretanto, diferem em relação ao âmbito da penalidade. A jurisprudência do TCU adota o posicionamento de que o inciso III do art. 87, quando menciona "Administração", se refere somente ao órgão/entidade aplicador da penalidade, conforme posicionamento constante no voto condutor da Decisão nº 352/1998-Plenário.

4.10.5. Já a penalidade do inciso IV do art. 87, segundo jurisprudência do TCU, impede o fornecedor de participar de licitações e de ser contratado por toda a Administração Pública, englobando, nos termos do inciso XI do art. 6º da mesma lei, a 'administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas'". (TCU, Acórdão 1.647/2010 – Plenário)

Esta Corte, em consonância com grande parte da doutrina, vem considerando que a "suspensão temporária para participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração", prevista no inciso III do art. 87 da Lei 8.666/93, tem abrangência restrita ao órgão ou pessoa estatal que aplicar a sanção.

Assim, mesmo estando sob os efeitos da suspensão, o particular não estaria impedido de continuar a participar de licitações ou de contratar com distintos órgãos ou entidades dessa mesma Administração Pública, muitas vezes causando os mesmos incidentes que determinaram a aplicação das penalidades".

Por sua vez, a "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública", prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666, diz respeito a toda Administração Pública, impedindo o particular de licitar ou contratar com todos os órgãos e entidades, enquanto perdurarem seus efeitos. (TCU, Acórdão 2.218/2011 – Primeira Câmara)

Ainda nesta mesma linha, jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. ART. 87, III, DA LEI Nº 8.666/93. EXTENSÃO DA SANÇÃO. DEFERIMENTO DE LIMINAR NO WRIT. AUSÊNCIA DOS

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 587.101.582.112

Rua da Saudade, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piomont Sul • Fone: (31) 3439 4300 • Fax: (31) 3439 4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.669.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330



REQUISITOS NECESSÁRIOS À CONCESSÃO DA MEDIDA. RECURSO PROVIDO. 1 - A respeito da extensão da sanção indicada no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, embora haja divergências a respeito, o melhor entendimento, a meu sentir, é aquele segundo o qual a interpretação deve ser restritiva. Assim, o impedimento de licitar somente se aplica à esfera administrativa que tenha imposto a sanção. 2 - Para que seja concedida liminar em mandado de segurança, é necessário que nos autos restem comprovadas as alegações da parte requerente e que haja relevância da fundamentação apresentada, de forma a demonstrar, ainda que em juízo sumário, a existência do direito por ela alegado. 3 - Ausente um dos aludidos requisitos, inviável a manutenção da medida deferida pelo douto Juízo a quo. 4 - Recurso provido." (Agravado de Instrumento nº. 0471442-41.2011.8.13.0000 - Comarca de Belo Horizonte - 5ª Câmara Cível do TJMG - Relator: DES. LEITE PRAÇA - Data do Julgamento: 06/10/2011).

"ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - PROCESSO LICITATÓRIO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA PARA LICITAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - ÂMBITO DE EFICÁCIA DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA. A decisão imposta pela comissão julgadora consistente em punir a empresa com pena de SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar em LICITAÇÃO e impedi-la de contratar com o Poder Público, limita-se ao âmbito da Administração correspondente". (Apelação Cível n. 1.0071.06.028499-0/001 - Comarca de Boa Esperança - 6ª Câmara Cível do TJMG - Relator: DES. EDILSON FERNANDES - Data do Julgamento: 10/07/2007).

"ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA PARA LICITAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE - SECRETARIA DE SAÚDE DE BETIM - LICITAÇÃO PROMOVIDA PELA PREFEITURA DE LAGOA SANTA - PARTICIPAÇÃO - IMPEDIMENTO - IMPOSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO ART. 87, III E IV, DA LEI 8.666/93. A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA para licitar e a declaração de inidoneidade, para contratar com a Secretaria Municipal de Saúde de Betim, não é apta a impedir a PARTICIPAÇÃO da empresa suspensa em LICITAÇÃO promovida pela Prefeitura Municipal de Lagoa Santa, haja vista a ausência de regulamentação prevista em Lei, que permita a validade 'erga omnes' dos efeitos impostos por aquelas punições". (Apelação Cível n. 000.236.399-2/00 - Comarca de Lagoa Santa - 6ª Câmara Cível do TJMG - Relator: DES. DORIVAL GUIMARÃES PEREIRA - Data do Julgamento: 13/05/2002).

"DIREITO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - SUSPENSÃO DE PARTICIPAÇÃO - LEI 8.666/93 - ADMINISTRAÇÃO - LIMITAÇÃO DA SANÇÃO. Para os fins da Lei 8.666/93 considera-se Administração Pública, a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas; e Administração, o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente." (TJMG - 2ª Câmara Cível - Reexame Necessário/Apelação Cível nº 1.0647.07.004767-7/001 - Rel. Des. Carreira Machado - j. 26/08/2008).

ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM RAZÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA APLICADA POR OUTRO MUNICÍPIO - INADMISSIBILIDADE. A sanção de que trata o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 - SUSPENSÃO do direito de licitar e contratar - circunscreve-se à Administração que a aplicou, não envolvendo, por óbvio, os demais entes públicos, de modo que a proibição de a impetrante participar da questionada LICITAÇÃO revelou-se ilegal, a justificar a concessão da segurança Número do processo: 1.0558.08.007605-9/001(1) Numeração Única: 0076059-89.2008.8.13.0558. Acórdão Indexado! Precisão: 19. Relator: Des.(a) MAURÍCIO BARROS. Data do Julgamento: 24/03/2009. Data da Publicação: 08/05/2009

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330



Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 587.101.582.112

Rua da Saudade, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piromont Sul • Fone: (31) 3439 4300 • Fax: (31) 3439 4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.669.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



Como se vê, a penalidade que o Instituto Nacional do Câncer – INCA pretendia aplicar a Recorrente ficou restrita ao respectivo ente federativo, não podendo em hipótese alguma ser extensiva aos demais entes federativos, bem como, não sendo definitiva ainda **tendo em vista a concessão da Liminar Judicial.**

A ampliação dessa abrangência por outro órgão é vedada. Evidentemente, por absoluta falta de competência, tanto para a prática do ato administrativo punitivo, quanto para seu agravamento, não é juridicamente possível que penalidade aplicada por um determinado órgão tenha sua abrangência ampliada por outro.

É o órgão licitador/contratante que determina o limite do ato punitivo por ele expedido. Uma vez definidos os contornos, não é permitida sua ampliação, salvo pelo próprio sancionador, e desde que observada a ampla defesa e o contraditório.

Atuamos em todos os entes da Federação e atendemos milhares de clientes, prestando excelentes serviços a Sociedade Brasileira, não sendo justo Vossa Senhoria permitir que se registre em Ata que a Recorrente estaria impedida de participar do certame, tendo em vista a penalidade apontada, mesmo tendo conhecimento da inexistência de qualquer apontamento junto ao Portal Transparência.

Esta Recorrente encontra-se estabelecida e contratando com os órgãos federativos a 20 (vinte) anos, prestando auxílio a Administração Pública de todo país, temos milhares de contratos sendo devidamente cumpridos, não sendo justa a manutenção da inverídica informação.

Triste constatar que o interesse particular de alguns concorrentes se sobrepõe ao interesse público, fazendo denúncias com o único intuito de prejudicar a Recorrente, atrasando dessa forma a conclusão do procedimento licitatório, prejudicando todas as partes envolvidas no supracitado processo.

Outros órgãos não poderão jamais ampliar o âmbito de aplicação de uma penalidade de Suspensão do Direito de Licitar aplicada por um Município, que tiveram seus contornos expressamente delimitados. Qualquer pretensão nesse sentido, além de ofender a competência exclusiva do referido ente federativo de aplicar a penalidade que entender mais adequada ao caso concreto, é ofensiva aos princípios básicos do Estado de Direito, dentre os quais se destaca a segurança jurídica.

Ademais, prevalece na doutrina o entendimento de que mesmo quando uma penalidade de suspensão não é explicitamente limitada (neste caso concreto os efeitos ficaram expressamente restritos aos entes federativos aplicadores das sanções), sua eficácia se limita às licitações e contratos do órgão aplicador, se não vejamos:

“... em seu art. 6º, a Lei n. 8.666/93 adota conceitos distintos para Administração e Administração Pública, estatuiendo que, para fins de sua aplicação, considera Administração Pública ‘a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas’ (inciso XI), e Administração o ‘órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente’ (inciso XII).”

Por conseguinte, sempre que o artigo da Lei n. 8.666/93 referir-se à Administração, fá-lo-á no sentido do art. 6º, XII. E quando aludir à Administração Pública, emprega a acepção do art. 6º XI.

Segundo o art. 87, III, a empresa suspensa do direito de licitar e de contratar com a ‘Administração’ está impedida de fazê-lo tão-somente perante o órgão, a entidade ou a unidade administrativa que aplicou a

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 582.101.582.112

Rua da Saúde, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piemont Sul • Fone: (31) 3439 4300 • Fax: (31) 3439 4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.569.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330



penalidade, posto que esta é a definição que a lei adota. O mesmo art. 87, IV proíbe a empresa declarada inidônea de licitar e de contratar com a 'Administração Pública', vale dizer, com todos os órgãos e entidades da Administração pública brasileira, posto ser esta a definição inscrita no art. 6º, XI. Tanto que o art. 97 tipifica como crime 'admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo', o que abrange todo o território nacional dada a competência privativa da União para legislar sobre o direito penal (CF/88, art. 22, I). E não há crime em admitir à licitação ou contratar a empresa suspensa.

Compreende-se a diversidade de alcance em sistema que institui penalidades em gradação, da mais leve (advertência) à mais severa (declaração de inidoneidade). Os efeitos da suspensão são restritos ao local em que imposta, quanto ao direito de licitar e contratar; os efeitos da inidoneidade, a mais gravosa das penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.666/93, são nacionais, quanto ao mesmo direito de licitar e contratar".¹

"Distinguem-se a suspensão temporária e a declaração de inidoneidade em razão dos seguintes aspectos: (...) - a suspensão temporária é válida e, portanto, somente impede a contratação da empresa ou profissional punido durante sua vigência perante a unidade que aplicou a pena; a declaração de inidoneidade impede a contratação da empresa ou profissional punido, enquanto não reabilitados, em toda a Administração Pública federal, estadual e municipal, direta e indireta".²

Aqui, vale frisar a distinção entre as penalidades previstas nos incs. III e IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Por outro lado, nem se diga que o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, que trata especificamente do Pregão, acarretaria tratamento distinto à penalidade de suspensão do direito de licitar. Esta penalidade não abrange necessariamente as Administrações Direta e Indireta de todas as esferas de Governo. Conforme destaca Marçal Justen

¹ PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 7ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 2007, p. 859.

² FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e Contratos Administrativos. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2007, p. 451.



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 587.101.582.112

Rua da Saúde, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piomont Sul • Fone: (31) 3439 4300 • Fax: (31) 3439 4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.669.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



Filho, "A utilização da preposição 'ou' indica disjunção, alternatividade. Isso significa que a punição terá efeitos na órbita interna do ente federativo que aplicar a sanção".³

O artigo 7º da Lei 10.520/02 possui evidente previsão da amplitude máxima possível para eventual penalidade. Alude-se ao "prazo de até 5 (cinco) anos", e à extensão da restrição às várias esferas administrativas. A penalidade é concretamente aplicada pelo órgão responsável pela licitação, que poderá fixar prazo inferior ao máximo de 5 (cinco) anos, e também abrangência inferior à máxima legalmente prevista.

A Recorrente, em momento algum, teve a ela aplicada a penalidade de Declaração de Inidoneidade pela Administração Municipal, Estadual ou Federal, motivo pelo qual não há que se falar em sua inabilitação no presente certame.

Como se vê, pelas determinações legais é princípio constitucional garantir a isonomia e a igualdade entre os participantes de um procedimento licitatório, bem como é vedado ao agente público incluir no ato convocatório condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo.

Trata-se de entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça:

"A busca da melhor proposta recomenda a admissão do maior número de licitantes. Quanto mais propostas houver, maior será a chance de um bom negócio. Por isto, os preceitos do edital não devem funcionar como negaças, para abater concorrentes." (STJ, MS nº 5.623, DJ de 18/02/1998)

Comprova-se insustentável, perante o princípio da ISONOMIA, assegurado pela Carta Magna, e regulamentado pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a apresentação de exigências injustificadas e que, em termos práticos, não acarretam nenhum benefício ao paciente!

A Administração deve, sempre, proceder pela AMPLIAÇÃO DA DISPUTA!

Informamos ainda que, estamos atendendo toda à Administração Pública do País a mais de 20 (vinte anos), não restando argumentos para a sustentação de que não é seguro contratar com essa licitante, uma vez que, a maior parte das Distribuidoras participantes do referido processo, não possuem o Certificado de Boas Práticas e armazenamento expedido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), sempre atendemos a contento nossos contratos administrativos, não sendo justo imperar o interesse particular dos concorrentes em ver no referido processo licitatório a diminuição de participantes e consequente diminuição da disputa na etapa de lances, uma vez que, realmente somos um problema grave para nossos concorrentes, pois trabalhamos com seriedade e qualidade, assim conquistamos nosso espaço no mercado farmacêutico, adquirindo a confiança dos laboratórios e a preferência em suas negociações, adquirindo o melhor preço dos produtos comercializados, não restando outra alternativa aos mesmos, a não ser o de promover o "jus spemniandi", contudo a Administração Pública não deve se curvar perante essas manobras e sim impor o seu interesse, coadunando com o entendimento da jurisprudência acima citada, cumprindo dessa forma as normas legais em respeito ao princípio da legalidade, eficiência e economicidade, respeitando assim o erário público.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. *Pregão*. 5ª ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 252.



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 687.101.582.112

Rua da Saudade, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piomont Sul • Fone: (31) 3439 4300 • Fax: (31) 3439 4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.669.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



Diante de todo o acima exposto, é a presente para **REQUERER** à Vossa Senhoria que seja recebido e conhecido o presente Recurso Administrativo, para determinar a imediata Habilitação desta Recorrente, reconhecendo que os documentos apresentados são hábeis para tanto, estando apta a fornecer para esta Municipalidade, não sendo justo a manutenção do prejulgamento ocorrido, o que fere a Ordem Judicial, concedida através da concessão da Liminar, bem como, fere o princípio legal da inocência, promovendo dessa forma a Ampliação da disputa, possibilitando que possamos participar da etapa de lances, respeitando dessa forma a natureza da modalidade Pregão, que visa maior celeridade e Amplitude da disputa entre os licitantes, beneficiando a Administração, que conseguirá adquirir produtos de qualidade a preços satisfatórios, respeitando a aplicação dos recursos públicos, preservando assim o erário, por ser medida de Direito e da mais sagrada, sublime e honrada Justiça!

Tal medida beneficiará a Administração, que conseguirá adquirir produtos de qualidade a preços satisfatórios, respeitando a aplicação dos recursos públicos, preservando assim o erário.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, seja o Recurso, juntamente com dossiê do processo, remetido a autoridade hierarquicamente superior para análise e decisão final, segundo preleciona o artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

Nestes Termos, com a notoriedade dos fatos, fundamentos jurídicos e inclusos documentos;
Pede e Espera Deferimento.

Poços de Caldas – MG, 02 de Setembro de 2012.

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.

Augusto Barbosa

OAB/SP 281394



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330

COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.

Avenida 62 A, 419 • Jardim América • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 • Rio Claro • SP • CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 • INSCR. EST. Nº 587.101.582.112

Rua da Saúde, 45A • Campo da Mogiana • Fone: (19) 3522 5800 • Fax: (19) 3522 5801/5802 • vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701.331 • Poços de Caldas • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102

Rua Paulo Costa, 320 • Galpões 09, 10 e 11 • Dist. Industrial • Jd. Piemont Sul • Fone: (31) 3439-4300 • Fax: (31) 3439-4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br • CEP: 32.669.712 • Betim • MG • CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 • INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
05ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Processo nº 0007779-17.2012.4.02.5101 (2012.51.01.007779-0)
Autor: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.
Réu: DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA.
JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO

CONCLUSO AO MM JUIZ EM 14/06/2012 10:54 ↙

Despacho

Diante dos documentos adunados reconsidero a decisão de fls. 216. com efeito, à primeira vista houve desproporcionalidade na aplicação da sanção à autora, diante dos documentos que apuram o não fornecimento por motivo de força maior externo diante da fornecedora envolvida.

Houve algum atraso no fornecimento de medicamentos que foi solvido quase totalmente, restando apenas um pendente cujo motivo foi explanado e documentado pela empresa autora. E os autos do processo administrativos anexados indicam outras empresas que também passaram pelo mesmo problema.

Verifica-se aqui que existe um risco objetivo de prejuízo para a autora que pode acarretar a sua quebra, com danos sociais claros, que devem ser evitados.

Não há prejuízo para qualquer órgão público diante da ausência de fraude ou outro ilícito que venha a comprometer a entrega futura ou atual dos medicamentos mas apenas problemas comerciais inerentes à atividade empresarial e que, pelas provas produzidas evidenciam serem pontuais.

Presentes pois o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*, pelo defiro medida liminar para suspender a sanção administrativa aplicada à empresa.

Notifique-se a autoridade coatora para retirar o registro da autora dos bancos de dados de controle onde constarem.

Comunique-se à representação judicial do INCA(AGU).
Com a vinda das informações, dê-se vista ao M.P.F.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2012.

FIRLY NASCIMENTO FILHO
Juiz Federal Titular
(Decisão/despacho com assinatura digital)

Segunda-feira, 18 de junho de 2012

Caderno Judicial JFRJ

OUTRO (ADVOGADO: RENAN LOUREIRO LABORNE BORGES.) x CHEFE DA SEÇÃO DE SERVIÇO MILITAR REGIONAL E OUTRO.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0000567-42.2012.4.02.5101
(2012.51.01.000567-5)

Autor: FELIPE MOURA CARRASCO E OUTRO.
Réu: CHEFE DA SEÇÃO DE SERVIÇO MILITAR REGIONAL E OUTRO.

JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO
CONCLUSO AO MM JUIZ EM 05/06/2012 14:20

Despacho

Recebo a apelação da União Federal em seu efeito devolutivo, nos termos do art. 520, VII, do CPC. Ao apelado.

Apos, subam os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 2a. Região, com as nossas homenagens.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2012.

FIRLY NASCIMENTO FILHO

Juiz Federal Titular

(Decisão/despacho com assinatura digital)

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO

2001 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/OUTROS

18 - 0007779-17.2012.4.02.5101 (2012.51.01.007779-0)
(PROCESSO ELETRÔNICO) COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (ADVOGADO: AUGUSTO BARBOSA) x DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

05ª Vara Federal do Rio de Janeiro
Processo nº 0007779-17.2012.4.02.5101
(2012.51.01.007779-0)

Autor: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.
Réu: DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - INCA.

JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO
CONCLUSO AO MM JUIZ EM 14/06/2012 10:54

Despacho

Diante dos documentos adunados reconsidero a decisão de fls. 216, com efeito, à primeira vista houve desproporcionalidade na aplicação da sanção à autora, diante dos documentos que apuram o não fornecimento por motivo de força maior externo diante da fornecedora envolvida.

Houve algum atraso no fornecimento de medicamentos que foi solvido quase totalmente, restando apenas um pendente cujo motivo foi explanado e documentado pela empresa autora. E os autos do processo administrativos anexados indicam outras empresas que também passaram pelo mesmo problema.

Verifica-se aqui que existe um risco objetivo de prejuízo para a autora que pode acarretar a sua quebra, com danos sociais claros, que devem ser evitados.

Não há prejuízo para qualquer órgão público diante da ausência de fraude ou outro ilícito que venha a comprometer a entrega futura ou atual dos medicamentos mas apenas problemas comerciais inerentes à atividade empresarial e que, pelas provas produzidas evidenciam serem pontuais.

Presentes pois o fumus boni juris e o periculum in mora pelo deferimento medida liminar para suspender a sanção administrativa aplicada à empresa.

Notifique-se a autoridade coatora para retirar o registro da autora dos bancos de dados de controle onde constarem.

Comunique-se à representação judicial do INCA (AGU).

Com a vinda das informações, dê-se vista ao M.P.F.

Rio de Janeiro, 14 de junho de 2012.

FIRLY NASCIMENTO FILHO

Juiz Federal Titular

(Decisão/despacho com assinatura digital)

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO RELACIONADOS PROFERIDOS PELO MM. JUIZ FEDERAL FIRLY NASCIMENTO FILHO

2006 - MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL/TRIBUTÁRIO

22 - 0013132-72.2011.4.02.5101 (2011.51.01.013132-9)
(PROCESSO ELETRÔNICO) ATENTO BRASIL S/A E OUTROS (ADVOGADO: JOSE MARIA ARRUDA DE ANDRADE, FERNANDO ANTONIO CAVANHA GAIA, GERSON STÓCCO DE SIQUEIRA) x DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DE MAIORES CONTRIBUINTES DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO E OUTRO. MANDADO DE SEGURANÇA Nº 2011.51.01.013132-9

EMBARGANTE:

ATENTO BRASIL S/A E OUTROS

DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

ATENTO BRASIL S/A apresenta os presentes Embargos de Declaração em face de suposta contradição na sentença prolatada.

Com efeito a Requerente pretende com os presentes embargos alterar a substância da sentença, valendo aqui a lição precisa de BARBOSA MOREIRA, em seu NOVO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, p. 182, 1996, Forense, segundo a qual "o essencial é que pela leitura da peça, fique certo que o embargante persegue na verdade objetivo compatível com a índole do recurso, e não pretende, em vez disso, o reexame em substância da matéria julgada".

Do mesmo modo o Superior Tribunal de Justiça em acórdão inserto na RSTJ 30/412, decidiu que, verbis: "É incabível, nos declaratórios, rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência, do resultado final. Nesse caso, há alteração substancial do julgado, o que foge ao dispositivo no art. 535 e incisos do CPC."

Nessa trilha, ainda que a pretensão autoral não tenha sido satisfeita na sua integralidade, a jurisdição foi devidamente prestada.

Isto posto, REJEITO os embargos.

P.R.I.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2012.

FIRLY NASCIMENTO FILHO

Juiz Federal Titular da 5ª Vara Federal

(assinado eletronicamente)

FICAM INTIMADAS AS PARTES E SEUS ADVOGADOS DAS SENTENÇAS/DECISÕES/DESPACHOS NOS AUTOS ABAIXO

EMPRESAS SANCIONADAS POR NOME/CNPJ/CPF

Dados da empresa sancionada			Dados da sanção		Órgão sancionador	Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Tipo	Data Inicial	Data Final	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte
Não foram encontrados registros que atendam o seguinte critério de busca: Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda.							
Data: 02/09/2012 Hora: 21:44:05							
** Informação não disponível, favor verificar junto ao Órgão sancionador							

Página 1/1

ATENÇÃO:

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

EMPRESAS SANCIONADAS POR NOME/CNPJ/CPF

Dados da empresa sancionada				Dados da sanção		Orgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Tipo		Data Inicial	Data Final	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
Não foram encontrados registros que atendam o seguinte critério de busca: 67729178000491.									
Data: 02/09/2012 Hora: 21:44:25									
** Informação não disponível, favor verificar junto ao Órgão sancionador.									

Página 1/1

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

EMPRESAS SANCIONADAS POR NOME/CNPJ/CPF

Dados da empresa sancionada			Dados da sanção		Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Tipo	Data Inicial	Data Final	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
Não foram encontrados registros que atendam o seguinte critério de busca: 67729178000149.								
Data: 02/09/2012 Hora: 21:44:42								
** Informação não disponível, favor verificar junto ao Órgão sancionador								

Página 1/1

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.

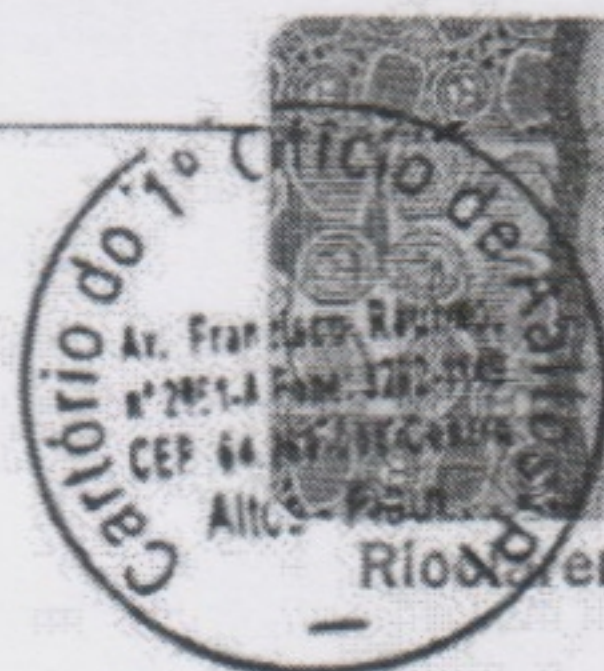
EMPRESAS SANCIONADAS POR NOME/CNPJ/CPF

Dados da empresa sancionada			Dados da sanção		Órgão sancionador		Origem da informação	
CNPJ/CPF	Nome/Razão Social/Nome Fantasia	Tipo	Data Inicial	Data Final	Nome do Órgão/Entidade	UF	Fonte	Data
Não foram encontrados registros que atendam o seguinte critério de busca: 67729178000220. Data: 02/09/2012 Hora: 21:45:34								
** Informação não disponível, favor verificar junto ao Órgão sancionador								

Página 1/1

ATENÇÃO

Este cadastro visa dar publicidade às sanções administrativas aplicadas contra licitantes e fornecedores. As informações aqui veiculadas são de inteira responsabilidade das entidades que as prestaram, não podendo a União ser responsabilizada pela veracidade e/ou autenticidade de tais informações nem pelos eventuais danos diretos ou indiretos que delas resultem causados a terceiros.



Selo de Fiscalização e Autenticidade
Poder Judiciário
Estado do Piauí
Atos de Notas, Registro e Judiciais
AUTENTICAÇÃO
Nº ANG 069533
Série 101

CAROLIO JOÃO BATISTA
1º OFÍCIO DE NOTAS - ALTOS - PI
Av. Francisco Raulino, nº 2011-A
CEP: 64.290-000 - Centro
Altos - PI - Fone: (086) 3262-1149

CERTIDÃO
Certifico que a presente fotocópia está em todo conforme o original que confere e ao qual reporto e dou fé.

21 MAIO 2012

João Batista Nunes de Sousa - Tabelião Público
Gonçala Ferreira da Silva - Tabelião Substituto
Agostinho José Ferreira Filho - Escrevente

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

Pelo presente instrumento de procuração o Outorgante confere poderes ao Outorgado na forma a seguir:

OUTORGANTE: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA, com matriz sediada à Avenida 62-A, nº 419 - Jardim América, na cidade de Rio Claro - S.P, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178 / 0001 - 49, com Inscrição Estadual nº 587.101.582.112; e filiais: a) inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0002-20, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.0021, estabelecida à Rua Paulo Costa nº 320 - Galpão 09, 10 e 11, Distrito Industrial - Jd. Piemont Sul, na cidade de Betim - MG; e b) inscrita no CNPJ nº 67.729.178/0004-91, com Inscrição Estadual nº 062.996.580.01-02, estabelecida na Rua da Saudade, nº 45-A - Campo da Mogiana, na cidade e comarca de Poços de Caldas - MG, neste ato representada por seu sócio proprietário Sr. **WALTER PROCHNOW JÚNIOR**, brasileiro, casado, empresário, portador do R.G nº 22.636.117 - 2 ssp / S.P e do CPF nº 139.498.468 - 59, residente e domiciliado à Avenida 53, 310 - Jardim Residencial Copacabana, nesta cidade e comarca de Rio Claro - S.P. *

OUTORGADO: DR BENEDITO FERREIRA DE CAMPOS FILHO, brasileiro, solteiro, advogado devidamente inscrito na OAB/S.P nº 167.058, portador do R.G nº 24.393.760-X ssp/S.P e do CPF nº 139.387.058-92, e DR AUGUSTO BARBOSA, brasileiro, casado, advogado devidamente inscrito na OAB/S.P nº 281394, portador do R.G nº 30025235-3 ssp/S.P e do CPF nº 260544718-99 ambos com endereço profissional na cidade e comarca de Rio Claro - S.P, à Avenida 62-A, nº 419 - Jardim América - Cep. 13.506-056 - fone/fax (19) 3522-5800, onde receberá as intimações, citações e notificações.*

PODERES: Para o Foro em geral, confere amplos e gerais poderes, com a cláusula "ad judicium et extra" em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, reconhecer a procedência de pedido, renunciar direito a que se funda a ação, desistir, assinar tudo quanto se tornar necessário, praticar e opinar sobre todos os atos do processo, transigindo em Juízo ou fora dele, fazer acordos, firmar compromissos judiciais ou extrajudiciais, receber e dar quitação, embargar concordatas, declarar e habilitar créditos, fazer impugnações e levantamentos dos respectivos valores em Juízo ou em qualquer instituição financeira, assinar cessão de crédito, requerer falências, pedido de restituição de mercadoria, execuções e quaisquer medidas especiais, cautelares, insolvência civil, efetuar pagamentos de custas, inclusive extrajudiciais, protestar títulos, endossar cheques de devedores para depósito bancário, representá-lo(s) na conciliação nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, como também, no artigo 228 do mesmo codex, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer com ou sem reserva de poderes e, para promover medidas judiciais e extrajudiciais, dando tudo por bom, firme e valioso.*

ESTE TABELIONATO ESTÁ FILIADO
À Central de Serviços Públicos - Consulte

Rio Claro - S.P, 17 de Maio de 2012.

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Walter Prochnow Júnior

Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda. sócio-proprietário
Walter Prochnow Junior
Sócio-Proprietário

Danielle Fernanda Andreucci
Escrevente Autorizada
RG: 27.456.518-3
CPF 214.057.408-70



SP: (19) 3522-5804
MG: (31) 3439-4330

Avenida 62-A, 419 - Jardim América - Fone: (19) 3522-5800 - Fax: (19) 3522-5801/5802 - vendas@rioclarense.com.br
CEP 13506-056 - Rio Claro - SP - CNPJ Nº 67.729.178/0001-49 - INSCR. EST. Nº 587.101.582.112
Rua da Saudade, 45A - Campo da Mogiana - Fone: (19) 3522-5800 - Fax: (19) 3522-5801/5802 - vendas@rioclarense.com.br
CEP: 37.701-331 - Poços de Caldas - MG - CNPJ Nº 67.729.178/0004-91 - INSCR. EST. Nº 062.996.580.0102
Rua Paulo Costa, 320 - Galpões 09, 10 e 11 - Dist. Industrial - Jd. Piemont Sul - Fone: (31) 3439-4300 - Fax: (31) 3439-4302/4303
rioclarense@mg.rioclarense.com.br - CEP: 32.669-712 - Betim - MG - CNPJ Nº 67.729.178/0002-20 - INSCR. EST. Nº 062.996.580.0021



ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Catalent Pharma Solutions L.L.C.
ENDEREÇO: 2725 Scherer Drive North - St. Petersburg - Florida 33716
PAÍS: Estados Unidos da América
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção / Forma Farmacêutica: Sólidos hormonais; Cápsulas moles.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.680, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidência da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Merck S/A, CNPJ nº 33.069.212/0001-84 e Autorização de Funcionamento nº: 1.00.089-8;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Cipla Ltd.
ENDEREÇO: Plot No. L-139 to L-146, Verna Industrial Estate, Verna, Goa
PAÍS: Índia
Certificado de Boas Práticas para as Linhas de Produção / Formas Farmacêuticas: Sólidos: Comprimidos revestidos; Semi-sólidos: Cremes.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.681, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidência da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando, ainda, a Portaria nº 802, de 08 de outubro de 1998 e que a empresa foi inspecionada, cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem de Produtos Farmacêuticos, pela Vigilância Sanitária de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

EMPRESA: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.	CNPJ: 67.729.178/0004-91
ENDEREÇO: Rua da Saúde	
N.º: 45-A	BAIRRO: Campo da Magiana
MUNICÍPIO: Poços de Caldas	UF: MG
Autorização de Funcionamento n.º: 1.04.397-7	
Autorização Especial n.º: 1.22.375-2	
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem	
Medicamentos.	
Incluindo, ainda:	
Produtos sujeitos a controle especial.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.682, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidência da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, pela Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma do ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 1010201102400021

ANEXO

EMPRESA: Minicore & Cia. Ltda.	CNPJ: 84.683.382/0003-57
ENDEREÇO: Rua Dona Francisca	
N.º: 14.795	BAIRRO: Pirabeiraba
MUNICÍPIO: Joinville	UF: SC
Autorização de Funcionamento n.º: 1.00.690-2	
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção/Forma Farmacêutica: Semi-sólidos: Pomadas.	

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.683, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidência da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Zambon Laboratórios Farmacêuticos Ltda., CNPJ nº 61.190.004/0001-36, Autorização de Funcionamento nº: 1.00.084-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Opfermann Arzneimittel GmbH.
ENDEREÇO: Robert-Koch-Strasse 2, 51674 Wühl
PAÍS: Alemanha
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção / Forma Farmacêutica: Sólidos: Comprimidos revestidos.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.684, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidência da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Guerbet Produtos Radiológicos Ltda., CNPJ nº 42.180.406/0001-43 e Autorização de Funcionamento nº: 1.04.980-1;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL: Pathon France
ENDEREÇO: 40, Boulevard de Champaret 38300 - Bourgoin Jallieu
PAÍS: França
Certificado de Boas Práticas para a Linha de Produção / Forma Farmacêutica: Líquidos: Suspensões.

RESOLUÇÃO - RE Nº 4.685, DE 19 DE OUTUBRO DE 2011

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 31 de março de 2011, da Presidência da República, publicado no DOU de 1º de abril de 2011, o inciso VIII do art. 15, o inciso I e o § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e a Portaria nº 1.417, de 20 de setembro de 2011,

considerando a solicitação de inspeção pela empresa Laboratórios Pfizer Ltda., CNPJ nº 46.070.858/0001-69, Autorização de Funcionamento nº: 1.00.216-6;

considerando ainda o parecer da área técnica e que a empresa foi inspecionada cumprindo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação - área farmacêutica, resolve:

Art. 1º Conceder à Empresa, na forma de ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME CESAR DE MOURA OLIVEIRA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.